

PIONEIRO DA HISTÓRIA SOCIAL NO BRASIL

Nanci LEONZO

Valentes homens estes nossos bandeirantes! Valentes diante da vida, mas covardes perante a morte. É a lição que nos ensinou Alcântara Machado (1875-1941), a mesma que os nossos pesquisadores vão buscar, arrastados pelos modismos, na historiografia francesa. Rendendo culto a Lebrun, Ariès, Vovello e Chaunu muitos escrevem, no Brasil, desde o início dos anos 80, sobre a morte, negligenciando o que lhe dá sentido: a vida. Desta jamais se afastou Alcântara Machado, como prova **Vida e Morte do Bandeirante** (São Paulo, Revista dos Tribunais, 1929), obra onde prevalece a intenção de compreender as "atitudes" dos povoadores de Piratininga. Talvez fosse oportuno afirmar que tivemos o nosso Huizinga e o esquecemos.

Vida e Morte do Bandeirante, como bem observou Sérgio Milliet, é o livro que inaugura o estudo na história social do Brasil, precedendo **Casa Grande & Senzala**, de Gilberto Freyre (Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933). Enquanto este último, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. são lembrados, com justiça, pelas contribuições dadas na turbulenta década de 30 à historiografia brasileira, Alcântara Machado permanece ignorado. Isto, provavelmente, em razão de juízos apressados, muitos deles construídos a partir de simples leitura do título de sua obra. É que o bandeirismo é visto, já há algum tempo, como um tema obsoleto, que em nada colabora para a almejada formação "teórica" dos estudantes de História do Brasil Colonial. Em consequência, obras primas da historiografia das bandeiras, assinadas por Basílio de

Magalhães, Aurélio Porto, Afonso de Taunay e Jaime Cortesão descansam, empoeiradas, nas estantes de nossas melhores bibliotecas.

Alcântara Machado deve sobreviver a este infortúnio pelo que há de moderno em sua obra. A atualidade de **Vida e Morte do Bandeirante** não pode ser atribuída somente à utilização sistemática do acervo documental pertencente ao 1º Cartório de órfãos da Capital. É certo que sua leitura dos 27 volumes dos **Inventários e Testamentos**, abrangendo o período de 1548 a 1700, reveste-se de grande originalidade, na medida em que se propôs a resgatar a face mais íntima do cotidiano de uma sociedade. Contudo, é necessário inserir este tipo de preocupação, em que o objeto de pesquisa atinge dimensões até então desconhecidas, num contexto nacional marcado por ousadas tentativas de interpretar o Brasil.

Aqui surge Oliveira Viana. Podemos afirmar, com convicção, que **Vida e Morte do Bandeirante** é, antes de mais nada, uma resposta do paulista Alcântara Machado ao pensador fluminense que, em **Populações Meridionais do Brasil**, obra escrita em 1918 e publicada dois anos depois, conferira à sociedade que floresceu em São Vicente e São Paulo “o luzimento e o donaire de um salão de Versalhes”, freqüentado por homens “muito grossos de haveres e muito finos de maneiras, opulentos e cultos, vivendo à lei da nobreza numa atmosfera de elegância e fausto”. Configura-se, assim, a importância das cédulas testamentárias, que davam às informações do cronista Pedro Taques, compiladas por Oliveira Viana, um caráter mais parcial do que irreal.

Mas Alcântara Machado é um grande admirador de Oliveira Viana. Procura atenuar sua responsabilidade: “Só a fantasia delirante de um Deus”, afirma, “seria capaz desse disparate esplêndido”. E não hesita em tomá-lo como referência para abordar o domínio do campo sobre o povoado. Vai além e rouba-lhe, pelo menos, duas concepções que dizem respeito às qualidades do “homem rural”: a fidelidade à palavra dada e a probidade, utilizando-as na tarefa de apreender, junto aos inventariados, as “feições características do velho espírito paulista”, esse mesmo “velho espírito” que o levara a conviver com as palavras finais daqueles com quem admitia partilhar sentimentos.

O que, sem dúvida, aproximou o autor de *Vida e Morte do Bandeirante* de Oliveira Viana foi o mérito atribuído à "nobreza paulista", cujo "poder", apesar de fundamentado em bases locais, integrava-se aos valores formativos da nacionalidade. O "forasteiro" do século XX, que visita o lar paulista do período colonial, não esconde, ao devassar a intimidade dos seus antepassados, a inclinação pelas idéias do pensador fluminense. Procura adaptá-las à realidade examinada, assumindo sua escolha: "Pouco nos interessam as pousadas onde pousa a gente somenos; não varia no tempo e no espaço o espetáculo da miséria humana. O que nos aguça a curiosidade é o ambiente em que se move a aristocracia da colônia". Mais clareza e comprometimento, impossível.

Alcântara Machado previne-se antes de percorrer a vila deserta. Sua passagem pelo "sertão da roça", onde o chefe de família, partido para o sertão, alojou mulher e filhos, foi rápida e solitária. Busca, então, companhia. Escolhe Eduardo Prado e Teófilo Braga, dois estudiosos de nossas tradições. Enquanto o primeiro lhe fala da semelhança existente entre o interior da casa portuguesa e o da brasileira, o segundo discorre sobre a indumentária lusitana seiscentista. Nas bibliotecas, porém, faz questão de penetrar sozinho, pois conhece, de antemão, a pobreza, em qualidade e quantidade que as caracterizam. "Nenhum exemplar dos *Lusíadas*"; como explicar?

Sérgio Milliet enfatiza, ao prefaciando a obra em estudo, a descoberta de um bandeirante "pobre e analfabeto". O texto de Alcântara Machado, no entanto, corrobora o primeiro predicado e contraria, até certo ponto, o segundo. Como poderia um descendente de Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente em 1532, passar para o papel, sem ressalva, o que revelavam os autos processados sobre a falta de instrução dos nossos primeiros povoadores? O lado posterior de uma página de inventário, onde identificou algumas estrofes de Camões, livrou-o do impasse, permitindo-lhe sustentar que o "poema da raça", apesar de não constar de nenhuma biblioteca, era aqui conhecido. Sua atitude não poderia ser outra. O exagero interpretativo fica por conta da necessidade de integrar o "velho espírito paulista" às suas raízes portuguesas.

Tomando como pretexto a morte, Alcântara Machado escreveu a grande epopéia da vida bandeirante, onde as ações "heróicas" do dia-a-dia superam as dos sertões. Como Frei Genebro, personagem de Eça de Queiroz, citado para justificar a vertente histórica e literária que, vez por outra, o afastava das atividades políticas, oscilou, em *Vida e Morte do Bandeirante*, entre o Purgatório e o Paraíso. Omitindo o Inferno, tentou direcionar o juízo final dos predadores de índios de São Paulo. Seguiu, assim, a diretriz traçada, em 1923, por Paulo Prado. Foram, sem dúvida, os nossos últimos "bandeirantes".

(O Estado de S. Paulo, supl. cult.
20-4-1991)